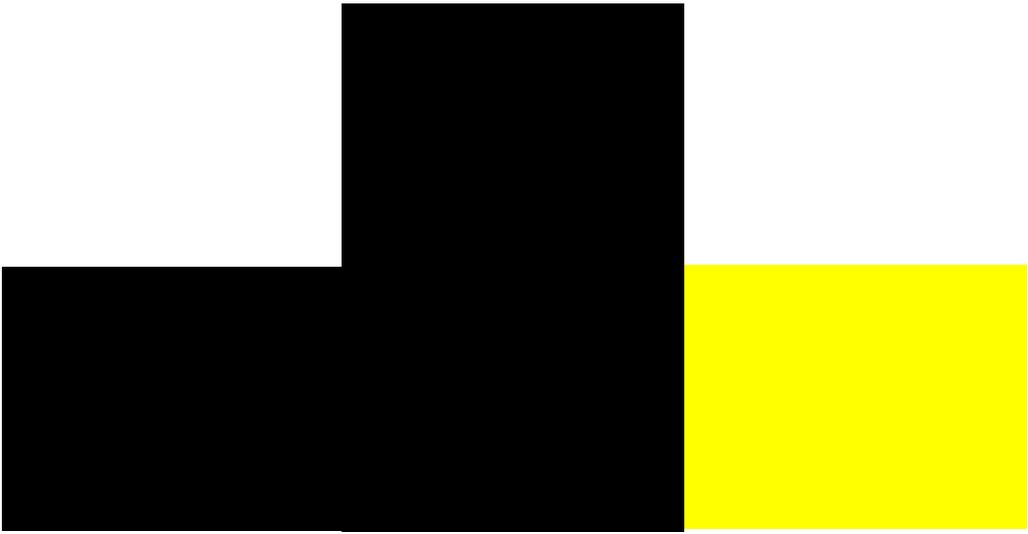


Desobediência ambiental

Sandra Laugier

*Professora de Filosofia, Université Paris 1 Panthéon Sorbonne,
Paris, França; trabalha com filosofia moral, filosofia política,
filosofia da linguagem, estudos de gênero e cultura popular.*



Um meio século de mobilizações e levantes conseguiu colocar os temas da ecologia no centro da vida política mundial. A causa ambiental alimentou um ativismo político cujas reivindicações foram se estendendo aos poucos. Ela impôs a validade dos trabalhos do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) contra os cientistas que negavam o papel determinante da atividade humana no aquecimento global. Essa vitória foi acompanhada pela criação, sob a égide das Nações Unidas, das Conferências das Partes (COP) que institucionalizaram a globalização da luta contra os efeitos devastadores de nossos modos de vida, produção e consumo. A pressão constante do ativismo ambiental levou, em 2015, à assinatura do Acordo de Paris, que consagra o compromisso de 185 estados em implementar políticas públicas coordenadas para controlar a evolução e as consequências das mudanças climáticas.

A institucionalização da preocupação ecológica é um sucesso do ativismo ambiental, mas não consegue esconder o fato de que, apesar de suas resoluções, os governos pouco agem pelo clima. Os movimentos cidadãos, ONGs, associações e coletivos que se mobilizam por essa causa não param de denunciar o abismo que separa os compromissos oficiais da implementação de decisões que permitiriam enfrentar seriamente os danos à saúde humana, ao ar, à água, ao solo e à biodiversidade. Os grupos ativistas tornaram-se, portanto, especialistas na arte de fazer suas vozes serem ouvidas, usando uma ampla gama de meios. Alguns são legais, outros não; alguns até admitem um uso moderado da violência. Pode acontecer que recorram a essa forma particular de ação política que é a desobediência civil. No entanto, essa escolha não é evidente.

A desobediência civil se define por quatro características: ela visa à revogação de uma obrigação legal ou regulamentar considerada injusta, indigna ou imoral; não tolera o anonimato; ela deve se expor publicamente eis que uma desobediência apenas interior ou uma recusa pontual não está de acordo com os seus princípios; em sua definição inicial, é um meio de último recurso quando todos os outros foram esgotados sem sucesso¹.

¹ S. Laugier et A. Ogien, *Pourquoi désobéir en démocratie ?*, Paris, La Découverte, 2011.

A maioria das ações conduzidas hoje *em nome* da desobediência civil em questões climáticas não apresenta essas características. São distúrbios à ordem pública ou intervenções lúdicas e irônicas no espaço público, cujo objetivo é manter a pressão sobre os governos. Pode acontecer que essas mobilizações sejam autorizadas, mas na maioria das vezes são organizadas deliberadamente em violação à lei e sabendo que correm o risco de implicar no delito de recusa de obedecer às ordens da polícia. Elas não são necessariamente um último recurso, pois muitos "recursos" são bloqueados ou adiados *sine die*.

Embora assumam uma parte de ilegalidade, essas ações não são desobediência civil, pois não existe nenhuma lei que obrigue a poluir, perfurar ou destruir a natureza e à qual se deva abertamente desobedecer para exigir sua revogação. Assim como nenhum texto oficial obriga a investir em indústrias fósseis, ao qual se poderia ostensivamente recusar-se a se submeter. É o que destacam os críticos que não veem a relação entre pintar uma fuselagem de avião de verde e denunciar o transporte aéreo, colar as mãos ao asfalto e exigir uma política massiva de isolamento térmico ou ainda jogar sopa na Mona Lisa e denunciar a inação climática.

Essa é, portanto, a condição da desobediência civil: na ausência de uma obrigação inscrita em uma lei ou regulamento à qual se possa recusar a obedecer, como desobedecer? E essa dificuldade também se aplica a esses ativistas que atacam açougues, pois qualquer um é livre para não comer carne; para aqueles que destroem outdoors, pois ninguém é obrigado a comprar os produtos que eles anunciam. Em outras palavras, decidir ser vegano, não comprar o que é inútil ou supérfluo, deixar de frequentar supermercados, sair dos bancos que lucram com a pilhagem dos solos e a destruição do planeta, parar de comprar gasolina fornecida por multinacionais sem escrúpulos, isso não é "desobedecer".

Ação direta não violenta

A ação direta não violenta às vezes retém um atributo da desobediência civil: usar a repressão que sofre para alcançar seus fins. Esse é o caso, por exemplo, das ações conduzidas em 2019 pelo Extinction Rebellion, cujo objetivo era bloquear o centro de Londres para provocar prisões em massa, a fim de congestionar o sistema judiciário britânico e demonstrar o caráter ridículo ou indigno da repressão de uma opinião amplamente compartilhada pela população. Embora o número visado de 10.000 prisões não tenha sido atingido, a mobilização forçou o governo britânico a satisfazer a primeira reivindicação da organização: declarar publicamente o estado de emergência climática.

Nas lutas pelo clima, desobediência civil e ação direta não violenta tornaram-se sinônimos. Os dois termos se referem a um mesmo fenômeno: a oposição feroz aos poderes políticos, industriais e financeiros que preferem não reconhecer a gravidade das desordens que colocam a humanidade e a vida na Terra em perigo. Essa resistência à perpetuação de uma ordem de coisas fatal, organizada por uma geração de jovens mulheres que assumiu a liderança, simplesmente não arrefece. Ela sobreviveu aos confinamentos e retomou seu vigor, apesar da repressão feroz e das guerras que obscurecem o horizonte. Elas ampliaram o espectro de suas reivindicações, associando de forma agora inextricável justiça social e justiça ambiental. É dessa resistência que a desobediência climática é hoje o emblema.

De fato, a recusa de se submeter a uma lei ocupa um lugar indispensável e único na experiência da democracia². Quando Henry David Thoreau, pensador americano a quem devemos a noção de desobediência civil, decide se instalar à beira do lago Walden³ para viver "sozinho no meio da floresta" na cabana que ele construiu com suas próprias mãos, é para reinventar uma vida cuja "desesperança silenciosa" ele não suporta mais. Os ativistas que aceitam se colocar em desobediência civil e romper com os códigos e rituais

² Veja S. Laugier, « Désobéissance », dans D. Fassin (dir.) *La société qui vient*, Paris, Le Seuil, 2022.

³ *Walden et La désobéissance civile*, nouvelle édition Le Pommier, 2023.

da política tradicional tornam público e visível esse mesmo sentimento de injustiça, inexpressividade, despossessão ou desespero. Como ele, procuram se libertar desses sentimentos, inscrevendo sua ação coletiva em um quadro que respeite a igualdade de toda palavra, privilegie a decisão por unanimidade, reivindique a ausência de chefia e vise estabelecer relações sociais livres de qualquer vestígio de dominação social, intelectual, de origem ou de gênero. Ao reivindicar a reintrodução na agenda política dos direitos dos cidadãos afetados por problemas públicos negligenciados pelos governos, o ativismo ambiental promove uma política do ordinário. Ela carrega a aspiração a uma ordem que reconheça o direito de *cada voz* a ser plenamente ouvida e que garanta a legitimidade de *todos* os modos de vida.

Democracia e autoconfiança

As lutas pelo clima são inseparáveis de uma radicalização da democracia: elas vêm lembrar que uma democracia se engrandece ao trabalhar para ampliar o espaço de liberdade e garantir o exercício dos contra-poderes dos quais os cidadãos dispõem; e que ela se enfraquece quando sufoca as vozes dissidentes em nome do direito da maioria, da razão de Estado ou decretando que a legalidade, a segurança ou a república estão em perigo. É isso que o recurso à desobediência civil vem lembrar de forma concreta. E, no entanto, a ideia permanece sempre contestada, seja por razões de legitimidade (a infração à lei republicana não deve ser recompensada), por razões políticas (os interesses dos indivíduos não podem prevalecer sobre os interesses da coletividade) ou por razões estratégicas (a eficácia da ação política depende da definição de um projeto de mudança global). No entanto, a desobediência civil não é uma manifestação emocional e efêmera. É uma forma de ação política intimamente ligada à própria definição de uma democracia, ou seja, um governo do povo, pelo povo, para o povo: um governo que é nosso, meu – que me expressa, onde tenho minha voz.

As ações cometidas sob o signo da desobediência climática reafirmam a ideia de que a democracia não é um regime político acabado, mas que precisa ser realizada

diariamente. Os ocupantes da ZAD de Notre-Dame-des-Landes, assim como os da área da barragem de Sivens ou os opositores às barragens de Sainte-Soline, rompem com a lei e atraem a brutalidade das forças da ordem porque defendem a terra, a natureza, a água, não a si mesmos. Essa desobediência toma, como em Thoreau, a forma da ocupação da Terra, da reapropriação do que foi despojado. Essas ações de constante ampliação da democracia provocam uma reação violenta dos círculos conservadores e reacionários, que é a própria marca da indispensabilidade dessas ações.

Desobediência e política do *cuidado*

O ativismo ambiental visa dar forma a uma questão que permanece marginalizada no debate político: que as mudanças climáticas exigem o início da transformação radical de nossos modos de vida. Ele pretende contribuir para infletir ou modificar a definição de "o que importa" para os membros de uma sociedade. A desobediência climática reencontra assim o espírito das éticas do *cuidado*, que ao atribuir uma importância determinante à materialidade das coisas e à sua essencial vulnerabilidade, refletem essa nova sensibilidade política que leva a sério os problemas públicos que os governantes preferem geralmente esquecer em favor das questões nobres ou "régias". As éticas do *cuidado* foram bem-sucedidas ao fazer aparecer e legitimar as vozes de todas essas pessoas que ocupam trabalhos prioritariamente reservados às mulheres, aos pobres, aos imigrantes, que cuidam das necessidades de outros que não as próprias, sejam esses outros legalmente dependentes ou não. Sabe-se que todas essas pessoas são mal pagas, mal consideradas, suas necessidades ignoradas, seus conhecimentos e habilidades negligenciados ou rebaixados. Esse exército invisível, relegado aos bastidores do mundo da performance econômica⁴ é, no entanto, indispensável para o funcionamento e a reprodução da vida ordinária, como o período dos confinamentos impostos pela pandemia de Covid demonstrou de forma crua. Não se trata mais de preconizar as ideias vazias ou bem-intencionadas de "viver juntos" ou de uma "sociedade do *cuidado*", mas de

⁴ F. Jany-Catrice, *La Performance totale*, Villeneuve d'Ascq, Presses universitaires du Septentrion, 2012.

reivindicar o *cuidado* como ferramenta de reversão de valores, de modificação do status e do sentido da ética, de transformação do olhar sobre "o que importa". Em uma palavra, de trazer a moral de volta ao seu terreno próprio – aquele dispõe sobre a maneira como vivemos e do que realmente importa – e colocar em primeiro plano da agenda política esta questão: "Quem faz o quê e como?"⁵

As respostas que podemos dar a isso não devem ser buscadas em uma realidade moral ou em regras preexistentes ou enumeráveis, mas na imanência das situações, dos afetos e das práticas. Não há *cuidado* sem expressão e escuta da voz de cada um: essa é toda a importância democrática do conceito de "voz diferente" desenvolvido por Carol Gilligan. Nenhuma teoria feminista mostrou tão claramente quanto Gilligan que, embora os critérios que dizem o que é valorizável ou desprezível se apresentem como universais, são de fato os de uma sociedade patriarcal, provenientes da dominação masculina. Pela importância central que atribui à vulnerabilidade das pessoas⁶, a perspectiva do *cuidado* comporta uma visão ética e política que não se resume a uma benevolência ativa para com os próximos, mas constitui uma verdadeira revolução democrática na percepção e valorização das atividades humanas. As éticas do *cuidado* vão além dos belos discursos sobre o *empoderamento* e antecipam o ativismo ambiental e as práticas que ele implementa a partir de uma questão geral: *quem* decide o que é *importante* no campo moral e político – portanto, quem, dependendo das circunstâncias, é rejeitado ou desvalorizado?

Essa contestação da ordem das hierarquias estabelecidas indica que o ideal de autonomia das teorias morais e políticas tradicionais e liberais se desmoronou diante da realidade da dependência do ser humano, do ser vivo em relação ao seu ambiente. É assim que a extensão das éticas do *cuidado* reorientou a preocupação ecológica, centrada originalmente na proteção da natureza e no valor das entidades naturais, para as atividades e práticas ordinárias, privadas e públicas, e para a conscientização de nossas

⁵ S. Cavell, *Dire et vouloir dire*, Paris, Cerf, 2010.

⁶ S. Laugier, *Tous vulnérables ? Le care, les animaux, l'environnement*, Paris, Payot, 2012.

dependências e responsabilidades. É em uma análise descritiva, atenta aos detalhes dessas atividades e práticas, que aparece a dimensão subversiva dessa abordagem – que nos remete à raiz comum da ecologia e da economia, o *oikos* grego, que permite pensar dois sentidos às vezes divergentes da ecologia: proteção da natureza e atenção às condições de vida humana.

Essa atenção caracteriza o investimento das mulheres nas mobilizações e movimentos ambientais. O caso de Rachel Carson, bióloga que em 1962 revelou, apesar dos obstáculos industriais e acadêmicos, os efeitos da concentração de inseticidas químicos nos organismos ao longo das cadeias tróficas, é emblemático dessa dimensão de alerta. Os movimentos contra os depósitos tóxicos reúnem nos Estados Unidos uma grande maioria de mulheres. As mobilizações ambientais são mais marcantes nos países do Sul, onde as mulheres lideram lutas que reivindicam simultaneamente a democracia e a preservação do meio ambiente⁷. Vandana Shiva, física indiana, militante e teórica, e Wangari Muta Maathai, Prêmio Nobel da Paz em 2004, fundadora do Movimento Cinturão Verde, presa várias vezes por suas ações, reorientaram o ecofeminismo mostrando que, nos países do Sul ou nas áreas desfavorecidas dos países do Norte, as consequências ambientais do desenvolvimento e da globalização afetam mais gravemente as mulheres. Essa democratização da questão ambiental introduz uma distinção entre o ambientalismo *mainstream*, como a proteção dos espaços naturais e da biodiversidade, e um compromisso que se preocupa com as desigualdades ambientais das populações vulneráveis e a degradação da forma de vida.

No contexto da globalização, esses grupos ativistas de base contestam a concepção dominante do desenvolvimento "sustentável" ligada de fato à manutenção do nível de vida das sociedades desenvolvidas e que prolonga um estado de coisas injusto. Eles impõem a ideia de que essa heterogeneidade problemática entre a sociedade e o que é perpetuado é uma questão moral crucial da democracia. A irrupção do *cuidado* no espaço público

⁷ R. Carson, *Silent Spring*, New York, Houghton Mifflin Company, 2011 [1962]; C. Larrère, « L'écoféminisme : féminisme écologique ou écologie féministe », *Tracés*, 22, 2012.

destaca a incapacidade majoritária do mundo político e intelectual de reconhecer do que somos dependentes. Ela revela e questiona o desejo de nossa sociedade de esquecer ou eufemizar a partir de certos conceitos (o sustentável, a solidariedade, a interdependência) nossa responsabilidade para com os outros e o mundo.

Cuidado com o meio ambiente

As situações de desastre climático ou sanitário que marcaram as últimas décadas e mobilizaram os cidadãos contra autoridades incompetentes, na melhor das hipóteses, e, na pior, indiferentes aos mais vulneráveis, mostraram bem os limites do conceito de "risco" imposto pelos dirigentes. Elas solicitam outros recursos para pensar e levar em conta as necessidades do ser humano vulnerável, como as que oferecem as éticas do *cuidado* e a teoria das capacidades quando se trata de enfrentar a perda de toda proteção da vida humana⁸. As éticas do *cuidado* situam as fontes da ética no ordinário das vidas compreendidas sob o título de vínculo e interdependência de seres vulneráveis, e não na aplicação de princípios gerais. Isso implica reconhecer que a dependência e a vulnerabilidade são características compartilhadas e não reservadas a uma categoria de "vulneráveis" ou precários. Primeiro porque os mais vulneráveis, sendo às vezes aqueles que dão todos os sinais de poder e autonomia, são dependentes em seu cotidiano de outros ou de um exército de outros que asseguram as diferentes funções de sua manutenção (reveladas quando nos perguntamos quem instalou a sala, recolheu o lixo, arrumou a casa). Em segundo lugar, porque a vulnerabilidade não se limita ao humano. É esse realismo que o ativismo ambiental e a desobediência climática introduzem no debate público, lembrando que a ideia de vulnerabilidade deve se estender a tudo o que na natureza é frágil e precisa ser protegido – a biodiversidade, os animais domésticos, a fauna selvagem, a flora, a água. O conceito de *forma de vida* adquire aqui uma nova extensão e a perspectiva do *cuidado* se afirma indissociavelmente ética e política. Política no sentido de que não se pode preconizar os valores do *cuidado* sem pensar em uma

⁸ Veja V. Das, S. Laugier, A. Lovell et S. Pandolfo, *Face aux désastres. Une conversation à quatre voix sur la folie, le care et les grandes détresses collectives*, Paris, Éditions Ithaque, 2013.

valorização real das profissões ligadas a essa função na organização do trabalho e de suas respectivas instituições. Moral no sentido de que essa valorização é inseparável de uma transformação da ordem das relações sociais para considerar essas atividades que refletem uma hierarquia das ações humanas, uma divisão moral e sexual das tarefas e uma separação entre o privado e o público. Reconhecer a *importância do cuidado* para a vida humana implica reconhecer que o mundo não precisa apenas de ação e teorização, mas também de preservação e reparação⁹, e que essa proteção requer mobilização.

A perspectiva do *cuidado* convida a repensar o Estado social e as políticas ambientais em nível internacional, nacional e local, esclarecendo as questões inerentes às transições socioecológicas, técnicas e econômicas. As ecofeministas e especialistas em ética ambiental revelaram sistemas de exploração e dependência inaparentes que cruzam o patriarcado e o capitalismo, a dominação dos homens sobre as mulheres e a exploração desenfreada dos recursos naturais¹⁰. O conceito de vulnerabilidade revela-se uma reserva de exigências que alimenta seu potencial de subversão e resistência.

A desobediência civil construiu um *pedigree* histórico nas lutas contra a dominação colonial, a segregação racial, a Guerra da Argélia ou do Vietnã, ou aquelas pelo sufrágio universal, os direitos civis dos afro-americanos, o direito ao aborto ou a descriminalização da homossexualidade. Ela é invocada hoje por movimentos ativistas que se mobilizam para denunciar a inação dos governos em matéria de emergência climática, evasão fiscal, controle das multinacionais ou investimentos fósseis.

A invocação da desobediência civil também cumpre uma função moral crítica, como vimos em relação à promulgação de leis verdadeiramente iníquas (como na França a Lei de Imigração). O que justifica o apelo ao "princípio da desobediência" é um sentimento de indignidade que animou Thoreau e Emerson, que denunciavam a traição

⁹ M. Crawford, *Éloge du carburateur*, Paris, La Découverte, 2010; J. Denis et D. Pontille, *Le Soins des choses. Politiques de la maintenance*, Paris, La Découverte, 2022.

¹⁰ J. Falquet, S. Laugier et P. Molinier, « Genre et inégalités environnementales: nouvelles menaces, nouvelles analyses, nouveaux féminismes », *Cahiers du genre*, 59, 2015.

dos ideais de sua democracia. No final das contas, pouco importa que as reivindicações de desobediência climática nem sempre estejam em conformidade com a definição da desobediência civil. Enquanto for uma forma de ação política não violenta que utiliza os instrumentos da lei, a resistência climática pode legitimamente reivindicar a herança da desobediência civil historicamente ligada a questões ecológicas. Esse desenvolvimento responde à deriva antidemocrática de muitos países, incluindo a França, e à violência policial que as ações em defesa do meio ambiente provocam. Desobedecer não é "apenas" desobedecer a uma lei: é realizar uma ação ilegal com um objetivo de interesse geral e muitas vezes sofrer a brutalidade do Estado. Podemos lembrar que a não-violência como tática revolucionária sugerida por Gandhi e Martin Luther King visava precisamente demonstrar a violência de uma situação; pensemos ainda nas ações das indianas Chipko¹¹, que se opuseram à exploração comercial de suas florestas com uma tática de se colar (literalmente) às árvores. O ecofeminismo, ganhando à desobediência e à não-violência, permite captar em uma escala global as estratégias predatórias da biopirataria agroalimentar e do extrativismo. São atos de desobediência, e a violência cínica que lhes foi oposta forçou sua irrupção na cena política, tornando-se um paradigma de levante contemporâneo.

¹¹ V. Shiva, « Êtreindre les arbres », in *Reclaim. Recueil de textes écoféministes*, éd. E. Hache, Cambourakis, 2016, p. 183-210.